

# COMENTÁRIOS LINGÜÍSTICOS A TEXTOS REMANESCENTES DA PRIMEIRA FASE DO PORTUGUÊS ARCAICO\*

Mailson dos Santos Lopes\*\*

## RESUMO

O breve estudo que aqui se delinea, debruçando-se sobre o português arcaico, tenciona fornecer alguma contribuição para o conhecimento da constituição intralingüística dessa língua histórica no primeiro momento de sua manifestação sob a forma de registro escrito na qualidade de expressão em vernáculo. Através de uma incidência direta sobre edições filológicas de textos ducentistas e trecentistas escritos em português, e sob uma perspectiva histórico-descritiva, desenvolve-se um conjunto de escólios (lexicais, etimológicos, fonéticos, grafemáticos, morfológicos ou sintáticos) sobre dados linguísticos empiricamente observados em quatro textos remanescentes da primeira sincronia do português medieval.

**Palavras-chave:** Descrição linguística. Português Arcaico. Textos medievais.

## RESUMEN

El breve estudio que se delinea, incidiendo sobre el portugués arcaico, tiene como fin principal contribuir para el conocimiento de la constitución intralingüística de esa lengua histórica en el primer momento de su manifestación bajo la forma de registro escrito como expresión en vernáculo. A través de una incidencia directa sobre ediciones filológicas de textos de los siglos XIII y XIV escritos en portugués, y bajo una perspectiva histórico-descriptiva, se desarrollará un conjunto de escolios (lexicales, etimológicos, fonéticos, grafemáticos, morfológicos o sintáticos) sobre datos lingüísticos empíricamente observados en cuatro textos remanecientes de la primera sincronía del portugués medieval.

**Palabras clave:** Descripción lingüística. Portugués Arcaico. Textos medievales.

## 1 INTRODUÇÃO

O que justifica estudar e perscrutar, em pleno século XXI, os primórdios da língua portuguesa?

O estudo e a compreensão histórica dos fatores que identificam o ser social através dos séculos (entre os quais se destaca a língua) são importantes

---

\*Dedico este artigo à sápiante e estimada Prof.<sup>a</sup> Rosa Virgínia Mattos e Silva, por ter em muito contribuído para o meu apego ao estudo da língua portuguesa em sua fase arcaica. Este escrito consiste em uma adaptação sinóptica de uma monografia desenvolvida na disciplina LET 666 – *A língua portuguesa das origens ao período arcaico*, no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (UFBA), no semestre de 2011.1, sob a tutela da mencionada docente.

\*\* Mestrado em Língua e Cultura (UFBA). E-mail: mailsonlopes1@yahoo.com.br.

instrumentos para se tentar desvendar marcas e rumos da atividade humana. Dessa forma, o estudo da história da língua portuguesa em pleno século XXI por si só já corrobora sua importância e torna-se melhor justificado quando se tem como resposta a essa prática historicista de análise linguística a constatação de que há uma intensa rede de relações entre o passado e o presente de uma língua.

Mas por que estudar o português arcaico? Tal incursão pelo passado torna-se abonada quando se tem como postulado constatável que a observação de traços pretéritos de uma língua é um instrumento profícuo para a compreensão de sua configuração no presente. Se se pensa o tempo como algo cíclico (e não rigidamente linear), em que se dá certa conexão ou intersecção entre estágios decorridos e hodiernos ou, como na concepção de Gabriel García Márquez, em *Cien años de soledad* (2007 [1967], p. 255), de algo “[...] que da vueltas en redondo”, pode-se postular que fenômenos do presente podem iluminar a constituição de estágios primitivos da língua, e estes, por sua vez, podem esclarecer fenômenos aparentemente contraditórios sob a luz de uma análise puramente sincrônica.

## **2 COMENTÁRIO ÀS DUAS VERSÕES REMANESCENTES CONHECIDAS DO TESTAMENTO DE AFONSO II**

A respeito do *Testamento de Afonso II* (1214) — primeiro documento oficial régio remanescente escrito em língua portuguesa — há diversas hipóteses sobre o contexto de sua produção, fundamentadas a partir do estudo das duas versões até agora conhecidas, a que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa (e que foi, pelo monarca, enviada ao arcebispo de Braga) e a que se encontra no Arquivo da Catedral de Toledo (destinada, por Afonso II, ao então arcebispo dessa cidade). Essas duas versões remanescentes — de um total de treze cópias que foram produzidas — possuem grande semelhança estrutural, tanto na forma quanto no conteúdo. As principais diferenças são constituídas por distinções nas grafias das palavras, o que

é compreensível, visto que não havia uma ortografia unificada ou plenamente normativizada.

Ocorrem, entretanto, algumas diferenciações mais relevantes, como a presença, na versão de Braga, do fragmento *Como viren por derecto* e, na de Toledo, *Como viren por guisado*. Ou também a presença do termo *como suso e dito* (versão bragantina) e *como suso e nomeado* (versão toledana). Há, portanto, cotejando-se as duas versões, diferenciações vocabulares. A ocorrência, no mesmo contexto frasal, de vocábulos<sup>1</sup> foneticamente tão distintos (*guisado/derecto; dito/nomeado*) dá margem a diversas interpretações. O uso desses dois pares de termos pode ter ocorrido por terem sido as versões do *Testamento de Afonso II* fruto da escrita via ditado (ilação defendida por COSTA, 1975). Outra hipótese é a de que as treze cópias feitas (cujos destinatários são citados nas versões remanescentes) tivessem sido realizadas por mais de um copista, de regiões diferentes de Portugal, com base ou em ditado ou debruçando-se a reproduzir, de forma independente, um original português, essa última sendo a hipótese defendida por Ivo Castro (1991).

Américo V. L. Machado Filho, em sua obra *A pontuação em manuscritos medievais portugueses* (2004a), abordando a pontuação no *Testamento de Afonso II*, assevera que há, entre as duas versões, um paralelismo e correspondência no uso e comportamento dos signos pontuacionais, o que acaba corroborando a perspectiva de Castro (1991) — uma situação de cópia pura, de texto escrito para texto escrito —, em detrimento da de Costa (1975) — cópias obtidas a partir de ditado.

A partir daqui, no que se refere a esse primeiro comentário, far-se-á uma análise geral de traços linguísticos relevantes registrados no *Testamento de D. Afonso II* (1214), com base na versão do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, i.e., a da Mitra de Braga (comparando-a, quando necessário, à versão toledana). Tal análise se baseará, principalmente, nas anotações e reflexões feitas em algumas aulas de LET C10 (*A língua portuguesa no período arcaico*) e LET 666 (*A língua portuguesa das origens ao período arcaico*), disciplinas

---

<sup>1</sup>Neste artigo são tomados como sinónimos os termos *vocábulo*, *palavra*, *lexema* e *item lexical*.

leccionadas por Rosa Virgínia Mattos e Silva, em 2009 e 2011, respectivamente, além de pesquisas realizadas nas fontes já acima expostas e em outras que se fizeram necessárias.

Nota-se, logo nas primeiras linhas do *Testamento*, uma ocorrência da variação *ser/estar*, no fragmento "seendo sano e saluo", em que o verbo *ser* é empregado com o sentido do verbo *estar*, ou seja, contendo marcas de transitoriedade (MATTOS E SILVA, 2002, p. 105). Ocorre também, de forma muito repetida, o uso da conjunção aditiva *e*, que também é escrita em sua forma latina *et*. Isso é feito, muitas vezes, em contextos oracionais em que atualmente se utilizaria a vírgula, como, p. ex., no seguinte trecho: "[...] *Da terceira o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de Santiago e o bispo do Portu e o de Lixbona e o de Coibria e o de Uiseu e o d'Evora fazã desta guisa [...]*".

A forma *a proe de* corresponde à locução prepositiva *a prol de*, segundo Mattos e Silva<sup>2</sup>. Havia, além disso, a variação na grafia do advérbio temporal *depos*, que também era grafado nas formas *despois* e *depois*. O vocábulo *sten*, segundo a mesma fonte, é o subjuntivo etimológico do verbo *estar*, sendo que corresponde, atualmente, a *estejam*. No segundo parágrafo, aparece a forma verbal *agia*, arcaísmo que corresponde a *haja*, mas que, no escrito testamentário, apresenta o sentido do verbo *ter*. Isso demonstra, portanto, a variação *ter/haver* em estruturas possessivas. No terceiro parágrafo há um uso do verbo *ser* com sentido de *estar*, no fragmento segia em poder.

A expressão *os chus muitos per nõbro*, recorrente nas duas versões conhecidas do *Testamento de Afonso II*, corresponderia, *ipsis litteris*, a "os mais muitos por número", podendo ser atualizada semanticamente na expressão "a maioria". Segundo Coutinho (1976, p. 267), o advérbio *chus*, presente no período arcaico do português, advém do advérbio de intensidade latino *plus*. Assim o afirma Serafim da Silva Neto, em sua obra *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*, sobre as formas sinonímicas *chus* e *mais*:

---

<sup>2</sup>Opinião exposta em uma de suas aulas na disciplina LET 666 e recolhida em apontamentos do autor deste escrito.

“Daí o comparativo em português arcaico ser constituído por *chus* — resultante normal de *plus* — e por *mais* — resultante normal de *magis*. [...] Com o correr do tempo a forma *chus*, análoga ao francês *plus* e ao italiano *piú* saiu do uso, de maneira que o nosso comparativo de superioridade é expresso com o advérbio *mais* e o segundo elemento *que, do que* [...]”. (SILVA NETO, 1956, p. 157).

5

A expressão *haver revora/haver rovara* significaria, atualmente, alcançar a maioria, i.e., atingir a capacidade civil plena e/ou a aptidão para ser titular de um determinado direito. Segundo o medievalista Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, na obra *Dicionário portatil de palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão*, edição de 1825, *revora* significa o mesmo que *rehora*, sendo que, *dar por de revora* significaria “[...] declarar judicialmente que alguma pessoa tem a idade e juízo competente para exercer os atos legítimos do seu estado ou ofício.” (VITERBO, 1825 [1798]).

Há, em todo o texto, casos de variação entre *ser/estar* e *ter/haver*, do que já se deu uma pequena amostra no parágrafo anterior. Os pronomes oblíquos, no documento régio em análise, aparecem tanto em posição proclítica como enclítica (e.g., *te mado; rogoli e pregoli*). Há registro da forma *u* correspondendo semanticamente ao atual advérbio locativo *onde*. Tal ocorrência, segundo Mattos e Silva<sup>3</sup>, dá-se em virtude do locativo em questão ter sido uma evolução da forma etimológica latina *ubi* (*ubi* > (*h*)*u*).

Algo que também desponta como significativo na análise do documento é a distribuição dos anafóricos arcaicos *ende* e (*h*)*i*, o primeiro usado com um sentido nocional e o segundo com um sentido locativo, podendo ser tomados como parassinônimos. Segundo Machado Filho (2001), tais partículas são próprias à sintaxe do português arcaico, apresentando grande produtividade para a representação da anáfora nominal na primeira fase desse período.

Em alguns trechos das duas versões do *Testamento*, a preposição *per* ainda conserva a sua forma etimológica latina, forma que, *a posteriori*, segundo Coutinho (1976, p. 269), influenciou o aparecimento da forma *por*<sup>4</sup>. Há a ocorrência, no documento em questão, tanto da forma latina, quanto da

<sup>3</sup>Assunção exposta em uma de suas aulas na disciplina LET 666.

<sup>4</sup>Segundo Coutinho (1976, p. 269), *prō* (lat.) > *\*por* (com influência de *per*) > *por*.

forma vernácula *por*, o que corrobora a assunção de Cunha (1986, p. 623) de que “[...] no antigo português a preposição *per* (< lat. *per*) concorria com *por*, pelo menos até meados do séc. XVII”.

Vários são os vocábulos latinos propriamente ditos e latinismos detectados nas duas versões do sobredito testamento régio, como *gracia* (< lat. *grat̃ia*), *molier* (< lat. *mũlier, -is*), *senior* (< lat. *sẽñior, -õris*), *derecto* (< lat. vulg. *dẽrẽctus*), *et, regno* (< lat. *rẽgnum, -ĩ*), *caonigos* (< lat. *canõnicus*), *per, manus, Junio* (< lat. *jũnius*) etc. Além disso, fato perceptível no documento estudado é o uso exclusivo da numeração romana. Enfim, uma grafia latinizante permeia toda a escrita do texto, apontado como o primeiro diploma régio oficial subsistente em português (1214), e que constitui uma fonte preciosa para o conhecimento dos primórdios dessa língua histórica.

### **3 COMENTÁRIO À NOTÍCIA DE TORTO**

O documento ora estudado é um registro inicial de queixas de seu autor moral, Lourenço Fernandes, contra seus perseguidores (os filhos de Gonçalo Ramires), que lhe tramaram armadilhas e vexames, inclusive usurpando-lhe bens e deflorando sua filha mais nova.

Segundo Costa (1975), trata-se de um texto fragmentário, composto em suporte pergamináceo, identificado como uma minuta ou rascunho, apresentando, assim, “[...] rasuras, traços e entrelinhas, redacção desordenada e confusa, linguagem bárbara, ortografia extravagante e sem data nem subscrições” (COSTA, 1975, p. 21-22). O texto foi redigido em letra gótica francesa medieval, composto numa escrita tardo-latina. Sua datação é conjectural: apesar de ser normalmente apontada como produção situada entre os anos de 1214-1216, “[...] pode ter sido escrita ainda em 1213, após o tempo das colheitas. Mas pode tê-lo sido ainda mais cedo [...]” (CASTRO, 2006, p. 137). Ainda conforme esse último, o documento em questão é posterior a 1210 e anterior a 1216, sendo o mais razoável inseri-lo como produção contígua ao ano de 1214.

Para Castro (2006), a *Notícia de Torto* apresenta uma narrativa não-linear, podendo ser visto como fruto de uma escrita através de ditado, identificando-se como algo similar a um depoimento verbal. Apresenta muitas oscilações gráficas na representação de determinados sons, o que pode ser indício da incúria do escriba, que não dominava nem o código gráfico alatinado nem o código de caracterização romance. Há vacilações, por exemplo, na representação gráfica dos ditongos<sup>5</sup>: *rogou*, *custov*, *mãdoc*, *otra*; do par consonantal <f/v> — *fezes*, *uices*, *fice* — e na africada surda /ts/, escrita com base no conjunto de grafias da forma sonora /dz/. A instabilidade depreendida de tais oscilações dá margem à interpretação de que o escriba tinha dificuldades na representação de alguns fonemas, visto que “[...] não conhecia as soluções que, na mesma época, eram ensaiadas pelos copistas do Testamento de Afonso II [...]” (CASTRO, 2006, p. 142).

O texto em questão apresenta vários vocábulos latinos, como *super*, *per plecto*, *pater*, *mater*, *illos*, *hic*, *plus*, *in ipso die*, *in alia vice* etc. Grande parte desses itens latinos são — como se pode perceber — próprios do jargão jurídico. Observa-se também a variação entre o par consonantal <t/d>, representada, e.g., nas ocorrências de *abate* (2 vezes) ~ *abade* (3 vezes). Além disso, outra característica evidente — e que será geral até o séc. XV, quando ocorre a inclusão dos algarismos arábicos<sup>6</sup> — é o uso exclusivo de algarismos romanos para a representação numérica, de forma idêntica ao que ocorre nas versões remanescentes do *Testamento de Afonso II*.

Algo que também chama a atenção no texto é o uso da partícula *ar*, como no trecho “[...] *E illos in Tamal unde nõ ar deru nada*”, funcionando, segundo Mattos e Silva, como um reforço da negação. Assim sendo, nota-se uma estrutura complexa e até redundante, pode-se dizer, formada por três itens de natureza negacional: *nõ*, *ar* e *nada*. Como se pode, portanto, estigmatizar a dupla negação no português brasileiro contemporâneo, quando já era algo recorrente nos primórdios da escrita em vernáculo, como no exemplo acima exposto? Vê-se, destarte, que tal postura estigmatizante é

<sup>5</sup>Exceto /ew/, que sempre é escrito como <eu>.

<sup>6</sup>Assunção exposta por Mattos e Silva, durante uma de suas aulas na disciplina LET 666.

(assim como praticamente o é toda a rede de preconceitos linguísticos) algo muito mais de cunho político/social do que linguístico propriamente dito.

Para encerrar esse comentário preliminar a tão importante documento do português medieval, observa-se que há nele a representação, em alguns vocábulos (*podedes, ouvirecdes*), do <d> intervocálico na desinência da 2ª pessoa do plural dos verbos, fenômeno próprio à primeira fase do português arcaico, que vai desaparecendo paulatinamente da documentação escrita com o passar dos séculos.

#### **4 COMENTÁRIO A EXCERTOS DA OBRA TRECENTISTA LIVRO DAS AVES**

O *Livro das aves* dá corpo, com a obra hagiológica *Flos Sanctorum* e com os *Diálogos de São Gregório*, aos *Manuscritos Serafim da Silva Neto*, “[...] o maior espólio original do português arcaico existente hoje no Brasil” (MACHADO FILHO, 2004b, p. 4). O *Livro das aves*, o mais fragmentário e o menor dos três manuscritos em questão, compõe-se de oito fólios, ricos em iluminuras, sendo uma provável tradução da obra latina *De bestiis et aliis rebus*, “[...] estruturado em ‘tractados’ autônomos, onde se discorre sobre determinada ave, apresentando suas virtudes ou defeitos com a simbologia correspondente, aplicável ao homem” (ROSSI et al., 1965, p. 3). Tal tradução, contudo, não foi nem literal nem integral, segundo esses mesmos editores.

Ainda segundo Rossi et al. (1965), ao manuscrito em questão faltam o princípio e o fim do texto e algumas outras partes do corpo textual, cuja fragmentação às vezes alcança quase toda uma coluna. Mattos e Silva (2010 [1989], p. 34), em sua obra *Estruturas trecentistas*, classifica o *Livro das aves* como um volucrário em que os pássaros descritos “[...] servem de modelos ou exemplos para orientar o comportamento dos homens”, o que se coaduna à classificação dada por Rossi et al. (1965) na introdução da edição da obra aqui descrita.

Para a análise que se almejou realizar, foi tomado como *corpus* o *tratado da pomba*, que comporta as páginas 20 a 23 da edição utilizada. Esse fragmento do *Livro das aves* apresenta as qualidades que compartilham a pomba e os *bõões*, i.e., os cristãos obedientes às leis do Evangelho e da Igreja. Nota-se no texto em questão uma escrita bastante arcaica, com várias representações gráficas achegadas à escrita latina ou latinizante, além de traços morfológicos que corroboram essa natureza.

Aparece de forma recorrente no texto o uso do verbo *haver* com o sentido de posse, como nas passagens “[...] *naturezas que a poonba ha*”, “[...] *que as poonbas am*”, entre outras. Dessa grafia do nome da ave observa-se a presença das vogais geminadas <oo><sup>7</sup>, surgidas com a evolução do étimo latino (*palumba*, -ae) e que cairão durante a cadeia evolutiva do vernáculo. Outro fenômeno, que perpassa praticamente todo o texto, é a representação do ditongo nasal final <-ão> sob a forma <-õ>, como nos seguintes exemplos: *falcõ*, *nõ*, *sõ*, *dã*, *confissõ*, *pregaçõ*, *coraçõ*. Um fator que também corrobora a qualificação do *Livro das Aves* como antiquíssimo (PIEL, 1953, p. 229) é a presença do verbo *chantar*, como na estrutura “[...] *poonba geme e faz chanto* [...]”, que, segundo Mattos e Silva, é o mesmo que *pranto*, vindo do latim *planctus*, -us.

No documento ora estudado é frequente a ocorrência de termos latinos, o que era algo comum na documentação primitiva portuguesa, tanto na prosa quanto na poesia, mas, sobretudo, naquela. Assim, há duas ocorrências do hagiônimo *Ihesu Christo*, além de muitas da preposição latina *per*, como também a presença do possessivo *Nostro* e do adjetivo *Sancta*. Sobrevêm também várias grafias etimologizantes, como nos lexemas *Eigreja* (< lat. *ecclesiā*), *fectos* (< lat. *facere*), *caavrihas* (< lat. *cad(a)veri(n)a*), *lediça* (< lat. *laetitia*), *nẽbrar* (< lat. *memorāre*), *ascondudos* (adjetivo participial do verbo latino *abscōndere*), *regnará* (< lat. *rēgnāre*).

Encerrando a análise do manuscrito trecentista em questão, apontam-se alguns fenômenos interessantes que atingem alguns de seus itens lexicais, tais

<sup>7</sup>Tal geminação aparece também nos vocábulos *soonbra*, *peyoo*, *peyoos*, *door*, *voontade* etc. Há também ocorrências de outras vogais geminadas: 1) <ee>, como em *veer*, *feestrada*, *reteer*, *peendença*; 2) <aa>, como em *maaos*. Além disso, aparecem, no texto, três itens lexicais com consoantes duplicadas: *sseptima*, *rrenẽbrança*, *reffrear*.

como: 1) aférese na sílaba inicial (*sanha*, do lat. *insāniā*, significando *cólera*, *ira*); 2) epêntese, em etapas posteriores à primeira fase do período arcaico, no termo *praz*, assim registrado no *Livro das aves*, que vem do latim *placēre*, mas que se conserva na língua, com a mesma acepção, sob a forma epentética *aprazer*, *apraz*; 3) uso do vocábulo *jamais* como reforço afirmativo-temporal na averbação “[...] *regnará cõ ele pêra todo sempre jamais*”; 4) formação de plural interessante no vocábulo *simplezes*; 5) presença de estruturas sob as três posições do pronome oblíquo: mesoclíticas (*da-lhe-los*) enclíticas (*preando-lhi*, *tolhendo-lhi*, *deyta-as*) e proclíticas (*se deleytã*, *se asseenta*); 6) registro do morfema *-mento* em *morteficamento*, substantivo que hoje, no geral do Brasil, possivelmente apenas se registra sob a forma *mortificação*.

## **5 COMENTÁRIO A EXCERTOS DE UMA VERSÃO TRECENTISTA DOS DIÁLOGOS DE SÃO GREGÓRIO**

O denominado *testemunho D* dos *Diálogos de São Gregório*, cuja edição — fruto de um estudo de pós-doutoramento — foi recentemente publicada por Machado Filho (2008), foi descoberto em 1991, por Arthur Askins, da Universidade de Berkeley (Califórnia), no acervo documental do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, em Portugal. É, como se deduz pelo cognome de *testemunho D*, a quarta versão remanescente conhecida, em português, de tal obra religiosa, escrita originalmente em língua latina pelo seu autor, São Gregório Magno, discípulo do Patriarca São Bento, e que veio a se tornar o maior expoente do papado na Baixa Idade Média (no sexto século da era cristã). Segundo Machado Filho (2008, p. 13), tal versão aqui comentada é um texto escrito em suporte pergamináceo, traduzido do latim para o português nos fins do séc. XIV ou inícios do século XV.

Segundo Machado Filho (2008), os *Diálogos de São Gregório* constituem uma narrativa com fins doutrinários, catequéticos, em que fatos históricos e situações miraculosas ou fabulosas encontram-se combinados, a fim de exaltar os princípios da espiritualidade católica.

Leva em seu título o termo *diálogos* por realmente se tratar de um registro escrito das conversas espirituais do pontífice com seu discípulo, o diácono Pedro (nomeado também, na obra, de *Pedro clérigo*). Segundo Mattos e Silva (1971, p. 14), tal escrito do Papa Gregório I, OSB, assim como as outras que saíram de sua pena, eram leituras concorridas em terras portuguesas no contexto medievo, especialmente na esfera monástica.

Construindo, através de sua edição do testemunho *D* e do cotejo com as versões *A*, *B* e *C*, um *stemma codicum* para os *Diálogos de São Gregório*, Machado Filho (2008, p. 29) assevera que “[...] a versão *D* parece, estruturalmente, ser — se considerada a composição dos capítulos — a mais próxima ao original latino”, sendo também “[...] o único testemunho que apresenta antes de cada um dos livros as respectivas ‘tavoas’ ou sumário”. É composto de 112 fólios, cuja mancha escrita foi realizada em letra minúscula gótica humanística, com a presença de letrinas, rubricas, antenas e filigranas (itens geralmente pouco ornamentados, feitos em vermelho ou em azul). Tais informações estão presentes no livro acima citado de Machado Filho (2008, p. 33-35). Restringindo-se às sete primeiras laudas da edição dos *Diálogos de São Gregório*, tecer-se-ão doravante, nesta sessão, algumas análises sobre o conteúdo linguístico dessa obra trecentista.

Assim como nos documentos anteriores observados, são profusos os latinismos puros nos fólios estudados dos *Diálogos*. São exemplos disso os termos *spiritu sancto*, *spiritu*, *ihesu christo*, *ioham*, *rem*, *per*, *sancta*, *sancto*, *chrisptáaos* etc. Nota-se que são praticamente os mesmos do *Livro das aves*, o que pode ser mais um indício para corroborar a hipótese de que os dois manuscritos tenham sido obra das mãos de um mesmo *scriptor*. Quanto a palavras em cuja escrita há a duplicação consonantal ou vocálica, ocorrem com profusão no texto, como nos lexemas *seer*, *huu*, *coussas*, *rraposa*, *abbade*, *diaboo*, *pollos*, *pello*, *officio*, *ella*, *meestre*, *aquellas*, *hõrra*, *homées*, *bóos*, *honrrado*, *fallo* etc. Nota-se também que alguns arabismos são grafados com duplo *a-* em posição inicial, como o vocábulo *aalfaça* (do árabe *al-hasa*, segundo Cunha (2010)).

Ainda em um âmbito grafemático, constatam-se, no texto abordado, várias ocorrências de registro da fricativa labiodental sonora /v/ sob a forma

<u> e da semivogal /i/ sob a forma <j> ou <y>, como em *auja, dya, uããs, uirom, louuores, auorrece, ujuia, acuydar, ouue, palaura, conujde* etc. Segundo Mattos e Silva, é somente no séc. XVI que se inserem no português as chamadas consoantes ramistas, <v> e <j><sup>8</sup>. Observa-se também o uso indistinto dos grupos consonantais <pl> e <pr> na grafia do vocábulo *prazer/es*, por vezes num mesmo período, como no que se segue: “[...] *em que nom auia prazer da uida que fazia ora quando era papa e que er podesse chorar todos aquelles plazerres [...]”*, o que indica certa convivência entre a líquida lateral e a líquida vibrante.

Constata-se, igualmente, no texto uma pluralidade de formas para grafar as sibilantes, o que dá margem à aparição de lexemas como *ressuzitou, bassilio, desprecou, preco, rapossa, mocos, coussas, francesses, crecerem, enpeçauã* etc. Há também uma pluralidade de formas para a grafia do ditongo nasal final <-ão> sob as formas <-am>, <-om>, <-on> ou <-ã>, tal como se pode notar nos lexemas *sam, sã, ortelam, deuacom, nom, religiam, razon* etc. No período em que foi escrito o texto em questão (séc. XIV) ainda não havia ocorrido a convergência para a forma <-ão>, o que se deixa entrever na análise do escrito gregoriano.

Nos *Diálogos* há diversos casos do uso do locativo *hu* (< lat. *ubi*), e.g., nos segmentos “[...] *os francesses enpeçauã em el hu iazia [...]*” e “[...] *que aly hu cuyda que ensigna uerdade ensigna mujtos erros*”. Há também a ocorrência de um uso hodiernamente não mais produtivo do pronome relativo possessivo *cujo*, na frase “*Eo nobre home uenacio cuia era auilla o uuio este milagre e outras mujtas uirtudes*”, equivalente à estrutura relativa *de quem*. Aparece também com frequência o uso de *haver* indicando posse material ou inerente, como nos excertos “[...] *que no mundo uiuem em que eu auja de entender por razom do officio que auja*” e “[...] *ora ia ñõ ey nem hua coussa per razom do trabalho que ey em este estado em que ora som*”. Note-se que no último período, com a última palavra sublinhada, evidencia-se um uso do verbo *ser* com o traço

<sup>8</sup>Informação fornecida em uma de suas aulas na disciplina LET C10 – *A língua portuguesa no período arcaico*, na graduação, no semestre de 2009.2, e recolhida sob a forma de apontamento pelo autor deste artigo.

semântico de permanência, equivalendo ao atual sentido generalizado de *estar*.

Nos excertos analisados dos *Diálogos de São Gregório* é produtivo o verbo *soer*, que surge em alguns tempos verbais: 1) na 1ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo, e.g., no fragmento “[...] e *sem aquel amor de deus que soya auer quando ujuia em meu moesteiro* [...]”; 2) na 2ª pessoa do singular do presente do indicativo, como em “*Aqueceute padre ia alguma coussa noua porque choras mais do que soões dechorar*”; 3) na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo, como em “[...] *per que os que no mundo uiue soõe apassar*”.

Achegando-se à sintaxe do manuscrito e fixando-se em estruturas mais curiosas, há sequências formadas pela repetição da conjunção copulativa/aditiva *e*, em contextos para os quais o uso moderno da língua prescreveria a vírgula, para que se evitasse a dita repetição: “[...] *razom deme crescerem lagrimas e door e choro e amargura mais e mais*”. Outro aspecto sintático que, além de recorrente no manuscrito, pode soar bem estranha ao leitor hodierno é a da ordem de ubicação das partículas pronominais oblíquas na sentença, de maneira não-correspondente aos usos atuais, o que pode ser verificado nas averbações que se seguem: “*E quando me eu nebro de como alguus delles som achados acerca de deus* [...]”, “*E pera seeres certo pedro meu amigo destas coussas quete eu conto* [...]”, “[...] *nom sey eu aquaaes outras tetu queres yguar* [...]”, “*Pedro sete eu contasse que som mesquinho de pouco proveito* [...]”.

Para dar termo a este escrito, registra-se aqui algo considerado interessante na feitura da análise linguística dos excertos da obra gregoriana: por aparecer, no início dos *Diálogos*, o termo *mansionaryo*, o autor dessas linhas, impressionado com a grafia do substantivo que se atualiza no português geral contemporâneo sob a forma *missionário*, resolveu recorrer ao *Dicionário etimológico* de A. G. da Cunha (2010). Surpreendeu a informação lá registrada, de que o termo em questão só aparece documentado em português no séc. XVII (adaptado do francês *missionnaire*, de *mission*, que por sua vez veio do lat. *missio*, *-ōnis*), o que é um equívoco, visto que já aparece documentado no manuscrito em questão, datado do séc. XIV. Nada, então,

mais eloquente para afirmar a validade e o mérito de pesquisas de descrição e análise linguísticas de cunho histórico, que possibilitam desvendar rumos e contornar equívocos e entraves no âmbito da compreensão dos constituintes, do funcionamento e do uso da língua.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em alguns expoentes dos estudos metalinguísticos sobre a fase arcaica do português, tencionou-se oferecer alguma contribuição à descrição dessa sincronia da língua, apoiando-se em observações empíricas pautadas na incidência direta sobre edições de textos remanescentes do período supramencionado. Espera-se que as informações que este breve estudo oferece sirvam, sobretudo, para aqueles que iniciam sua trajetória de conhecimento do português medieval, destemidos transeuntes pelas plagas da gênese da escrita em vernáculo.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Ivo. (2006). Origens do português no quadro românico. In: \_\_\_\_\_. *Introdução à História do Português*. 2. ed. rev. e amp. Lisboa: Colibri. p. 47-71.

\_\_\_\_\_. (1991). (Coord.). *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

COSTA, Avelino de Jesus da. (1975). Os mais antigos documentos escritos em português: revisão de um problema histórico-linguístico. *Separata da Revista Portuguesa de História*, XVII, p. 263-340. Coimbra.

COUTINHO, Ismael de Lima. (1976). *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

CUNHA, Antônio Geraldo. (2010). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4.ed. rev. e atualizada de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexicon.

\_\_\_\_\_. (1986). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. (2007 [1967]). *Cien años de soledad*. Madrid: Santillana.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. (2009). *Um flos sanctorum trecentista em português*: edição interpretativa. Brasília: Editora UnB.

\_\_\_\_\_. (2008). *Diálogos de São Gregório*: edição e estudo de um manuscrito medieval. Salvador: EDUFBA; Mosteiro de São Bento da Bahia, 2008.

\_\_\_\_\_. (2004a). *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: EDUFBA. p. 77-120.

\_\_\_\_\_. (2004b). Três documentos medievais trecentistas em confronto: indícios paleográficos e lingüísticos recorrentes e divergentes nos manuscritos Serafim da Silva Neto. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, v. 6, p. 39 - 51.

\_\_\_\_\_. (2001). Os anafóricos (*h*)i e *en(de)* em um manuscrito trecentista. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 27-28, p. 13-25.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2010 [1989]). *Estruturas trecentistas*: elementos para uma gramática do português arcaico. Salvador: EDUFBA.

\_\_\_\_\_. (2008). Introdução. In: \_\_\_\_\_. *O português arcaico*: uma aproximação. Lisboa: IN-CM, 2008. p. 15-77. Vol. 1.

\_\_\_\_\_. (2002). A definição da oposição entre ser/estar em estruturas atributivas nos meados do século XVI. In: MATTOS E SILVA, R. V; MACHADO FILHO (Org.). *O português quinhentista*: estudos linguísticos. Salvador: EDUFBA. p. 105-117.

\_\_\_\_\_. (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos quatro livros dos diálogos de São Gregório*. Tese (Doutorado em Letras) — Universidade de São Paulo, São Paulo.

PIEL, Joseph Maria. (1953). *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega*. Coimbra: s/n.

ROSSI, Nelson et al. *Livro das aves*: edição crítica, introdução e glossário. Rio de Janeiro: INL, 1965.

SILVA NETO, Serafim da. (1956). *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de. (1825 [1798]). *Diccionario portatil de palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão*. Edição digitalizada. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/diccionarioporta00viteuoft>>. Acesso em: 30 jun. 2011.